

Artigos

# Bibliotecas Comunitárias como prática social no Brasil

## Elisa Campos Machado

Professora Doutora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Av. Pasteur, 458, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22290-040.

E-mail: [emachado2005@gmail.com](mailto:emachado2005@gmail.com)

## Waldomiro Vergueiro

Professor Titular, Vice-Chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, São Paulo, SP, Brasil, 05508-900.

E-mail: [wdcsverg@usp.br](mailto:wdcsverg@usp.br)

**Resumo:** A pesquisa tem por objetivo principal apontar políticas públicas para o fortalecimento e ampliação das bibliotecas comunitárias no país. Para isso, analisou-se a biblioteca comunitária como espaço de articulação local, seus atores, sua organização e o uso da informação nesse contexto. Confirmou-se que o motivo principal para a criação desses projetos é a carência de bibliotecas públicas e escolares no país, o que leva a sociedade a buscar caminhos para enfrentar o problema de acesso à informação, à leitura e ao livro. A partir das experiências analisadas, percebe-se que, quanto mais participativa é a sua gestão, maior é a possibilidade da biblioteca transformar-se num espaço estratégico para a implantação de políticas de integração social. Apontam-se como princípios básicos para a implantação de políticas para esses espaços o respeito à diversidade e pluralidade cultural, assim como a valorização do espaço público e dos processos participativos. Defende-se a consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas como agência responsável pela implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas para apoiar as bibliotecas comunitárias.

**Palavras-chave:** Biblioteca Comunitária; Biblioteca Pública; Políticas Públicas para Bibliotecas; Prêmio Laura Russo

**Abstract:** Its main objective is to discuss possible policies to strength and broaden the community library in the country. The analysis of the community library as a space for local commitment, its participants, the organization and the use of information in this context became necessary in order to accomplish that objective. It was possible to confirm that the main reason for the creation of these projects is the lack of public and school libraries in the country, which makes society finding ways to face the problems of information, reading and book access. According to the analyzed experiences, concludes that the more participative is the administration, the greater the possibility of the library becoming a strategic space, capable of implementing the social integration policies. It points out the respect to cultural diversity and plurality, as well as the valorization of the public space and participative process, as main principles for establishing policies in these spaces. It supports the consolidation of the Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, as the responsible agency for implementing, monitoring and evaluating public policies to give support to the community libraries.

**Keywords:** Community Library; Public Library; Public Polices for Libraries

O trabalho completo pode ser acessado no endereço <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/>.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa parte da hipótese de que as bibliotecas que surgem em comunidades locais, de maneira espontânea ou a partir de um projeto social, individual ou coletivo. Elas são pólos irradiadores de cultura e saber local que, apoiadas pelo poder público, podem se transformar em espaços estratégicos para a implantação de políticas públicas de integração social e cultural. Nesse sentido, analisar a biblioteca comunitária como espaço de articulação local, seus atores, sua organização, as diversas formas de uso da

informação e apontar políticas públicas para o fortalecimento e ampliação dessas iniciativas passou a ser o nosso objetivo principal.

Após a escolha do tema, partimos para a busca de referencial teórico e estabelecimento do sistema conceitual referente ao objeto e contexto. A pesquisa caminhou no sentido de descobrir as causas que levam ao surgimento das bibliotecas comunitárias, ou seja, foi um estudo da configuração desse fenômeno; portanto, teve como foco os sujeitos do processo, relacionados ao objeto da pesquisa e ao seu contexto. Por isso, optamos pela abordagem metodológica qualitativa com resultados descritivos e analíticos. A seleção dos casos estudados foi feita com base em amostragem típica; para a realização do estudo de campo utilizamos as técnicas de observação e entrevista.

Das 350 experiências levantadas inicialmente, 29 foram analisadas com base em visitas e/ou entrevistas. Esse grupo é considerado o nosso universo da pesquisa e é composto pelas seguintes experiências:

	<b>BIBLIOTECA</b>	<b>UF</b>	<b>CIDADE</b>	<b>BAIRRO/REGIÃO</b>
1	BVL de Macapá	AP	Macapá	Corre Água do Píririm
2	BC Maria das Neves Prado	BA	Nova Soure	São José do Paiajá
3	BC T Bone	DF	Brasília	Asa Norte
4	BVL da Comunidade Santa Tereza	MA	Mirinzal	Quilombo Santa Tereza
5	BC de Poços de Caldas	MG	Poços de Caldas	Zona rural
6	BVL da Comunidade Bengui	PA	Belém	Benguí
7	BC Ler é Preciso de Magé	RJ	Magé	Zona rural
8	BC Ler é Preciso Diuner Mello	RJ	Paraty	Taquari, zona rural
9	BC Emmanuel	RJ	Rio de Janeiro	Magalhães Bastos
10	BC do Espaço Criança Esperança	RJ	Rio de Janeiro	Ipanema
11	BC Ler é Preciso de Copacabana	RJ	Rio de Janeiro	Copacabana
12	BC Paulo Coelho	RJ	Rio de Janeiro	Copacabana
13	BC Paulo Freire	RJ	Rio de Janeiro	Maré (Morro do Timbaú)
14	BC Tobias Barreto	RJ	Rio de Janeiro	Penha
15	BVL da Comunidade de Caracaráí	RR	Caracaráí	Vista Alegre
16	BVL da Comunidade Boca da Mata	RR	Pacaraima	Boca da Mata
17	BVL da Comunidade Santa Rosa	RR	Pacaraima	Santa Rosa
18	BC Zumaluma	SP	Embu das Artes	Favela do Inferninho
19	BC Confraria dos Parceiros de Guararema	SP	Guararema	Zona rural

20	BC Prof. Waldir de Souza Lima	SP	Itu	Centro
21	Biblioteca Solidária	SP	S. J.dos Campos	Dist. São Francisco Xavier
22	BC Casulo	SP	São Paulo	Parque Real
23	BC Cultura Jovem	SP	São Paulo	Jardim Ângela
24	BC dos Garis	SP	São Paulo	Centro
25	BC de Heliópolis	SP	São Paulo	Favela de Heliópolis
26	BC Ler é Preciso da Coopamare	SP	São Paulo	Pinheiros
27	BC Livro-Pra-Quê-Te-Quero	SP	São Paulo	Parque Bristol/Vila Livieiro
28	BC Prestes Maia	SP	São Paulo	Centro
29	BC Solano Trindade	SP	São Paulo	Cidade Tiradentes

**Quadro 1** – Relação de experiências analisadas

**Fonte:** o autor (2008)

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pautados nas reflexões sobre os processos de mudança social, construímos nosso referencial teórico, baseado em teorias sobre prática social e políticas públicas. Acreditávamos ser necessário entender esses aspectos e também a forma como se dão na Biblioteconomia para, posteriormente, analisar as bibliotecas comunitárias. Partimos dos diversos entendimentos do conceito de comunidade na sociedade contemporânea, passando pelas questões que envolvem as práticas sociais e os processos participativos, para, por fim, discutirmos a mobilização cidadã e as políticas públicas para a área da biblioteca, da leitura e do livro.

Entendendo que a biblioteca comunitária tem como princípio a gestão participativa, buscamos a literatura sobre o assunto. No entanto, se no Brasil pouco se fala e escreve sobre bibliotecas comunitárias, menos ainda sobre a ação e gestão participativa em Biblioteconomia; por isso, foi necessário partir do referencial teórico das Ciências Sociais aplicadas à Educação Popular, Educação Ambiental, Administração, Economia e Política.

Adentramos também o estudo dos canais de participação na esfera pública, constatando que a participação depende tanto da vontade do homem como agente da ação, como, também, do acesso à informação, da autonomia, do espaço e da posição do agente no espaço social. Percebemos que existem condições para instalação do processo participativo, mas não é qualquer ação que promove a participação ativa e crítica de um agente individual ou coletivo.

Analisamos as diferenças entre as possibilidades de participação individual e coletiva: a primeira tem o cidadão como agente da ação individual e a segunda tem a organização como agente de ações coletivas.

### 3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Pudemos perceber que hoje, no Brasil, as bibliotecas, de modo geral, enfrentam uma situação adversa.

Por um lado, atuam como espaço estratégico para a implantação de políticas públicas de inclusão social e cultural. E, por esse motivo, as bibliotecas públicas, especialmente, têm a grande oportunidade de se fortalecer e, agregando as novas tecnologias, constituir ambientes públicos colaborativos, transformadores e fundamentalmente culturais.

Por outro lado, em função da ação dos profissionais que atuam em bibliotecas públicas, somada à imagem distante, rígida e sóbria que se criou para esse tipo de biblioteca, esse espaço ficou à margem da sociedade, se enfraquecendo e se isolando nos seus limites físicos e burocráticos.

É interessante perceber que a biblioteca comunitária surge como um poder subversivo de um coletivo, uma forma de resistência contra-hegemônica, de quase enfrentamento social, numa nova realidade, que escapa das medidas e das categorias descritivas existentes, passando praticamente despercebida pela academia. De forma empírica e criativa, elas trabalham no empoderamento da comunidade, criando mecanismos para colaborar no desenvolvimento social, potencializando os talentos dos indivíduos e das comunidades, constituindo-se em espaços públicos voltados à emancipação, onde a prática cidadã pode aflorar de forma inovadora, criativa e propositiva.

Nessa linha de pensamento, pudemos identificar algumas particularidades que as distinguem da biblioteca pública: a forma de constituição - são bibliotecas criadas **efetivamente pela** e não **para** a comunidade, como resultado de uma ação cultural; a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade; a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas; e, o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

### 4 UM OLHAR PARA A REALIDADE DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Com raras exceções, a grande maioria das bibliotecas pesquisadas está em áreas de exclusão, localidades carentes, de difícil acesso, seja pela distância, seja por relação de vulnerabilidade. Evidencia-se que, na maioria dos casos, as localidades não possuem

equipamentos culturais, como nas regiões rurais ou nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos. Encontramos também bibliotecas comunitárias localizadas em regiões nobres de grandes centros urbanos; no entanto, sediadas em zonas consideradas excluídas. Nesses casos, as regiões são ricas em equipamentos culturais, porém estes são orientados para atender um público de poder aquisitivo maior.

O motivo principal para a criação desses espaços é a dificuldade de acesso ao livro e à leitura, ou seja, a carência de espaços públicos para esse fim – bibliotecas públicas e escolares. Apesar do motivo desencadeador do processo ser o mesmo, a forma como surge cada uma dessas bibliotecas e o seu estabelecimento na comunidade, seguem caminhos totalmente diferentes.

Identificamos várias experiências surgidas do desejo de uma pessoa, de um cidadão comum, abrir sua casa, ou sua biblioteca particular, para a comunidade. São professores, estudantes, pescadores, pedreiros, borracheiros, açougueiros, catadores de lixo, enfim, cidadãos comuns, solidários, que assumem para si a responsabilidade de compartilhar aquilo que têm ou que aprenderam em suas vidas.

Em alguns desses casos, é evidente que, a partir dessa iniciativa, o agente individual muda sua posição no grupo e na sociedade e a biblioteca passa a ser o seu passaporte para integrar um novo grupo ou mundo. Os espaços sociais e as formas de poder estão em jogo. Entretanto, é importante ressaltar casos em que a biblioteca foi criada por uma pessoa e esta se coloca na posição de membro da comunidade e, por meio de ações pedagógicas, vai construindo estratégias, com maior ou menor impacto, para que o projeto que começou como uma ação individual se transforme numa ação coletiva.

Diferentemente das iniciativas individuais, encontramos também experiências em que a motivação para a criação dos projetos parte de agentes coletivos internos e/ou externos à comunidade. Identificamos que a maioria dos agentes coletivos internos a comunidade são grupos de jovens, organizados em movimentos sociais locais. Já os agentes coletivos externos à comunidade são organizações não governamentais, vinculadas ou não a instituições privadas.

Existem formas diferentes de entender a participação, de participar nesses projetos e de articular e gerar recursos para a sustentabilidade das bibliotecas. De maneira geral, o nível de participação dos membros das comunidades nos projetos de biblioteca não é alto. Em alguns casos podemos afirmar que não há participação no sentido de envolvimento das pessoas na tomada de decisão e no controle de recursos. Apesar das diferenças, de modo geral a participação é confundida com a utilização dos serviços e o acesso ao espaço e aos materiais. É confundida também com trabalho voluntário, ou,

ainda, com o fato de seus coordenadores optarem por contratar pessoas da comunidade para trabalhar no projeto.

Os projetos em que pudemos identificar maior participação da comunidade são aqueles criados e/ou coordenados por lideranças locais, que trabalham no sentido de resgatar e defender a cultura local, numa crescente valorização do sentimento de comunidade.

A participação individual e coletiva gera as articulações locais e são estas que garantem a sustentabilidade desses projetos, pois a maioria deles não conta com recursos para aquisição de acervo, equipamentos e materiais de apoio, manutenção do espaço, ou, ainda, para o pagamento do pessoal envolvido na ação. Ao longo da pesquisa, pudemos perceber que a capacidade de ação de um movimento é bem diferente da capacidade de ação e articulação de uma organização da sociedade civil ou de uma empresa.

O fato das bibliotecas contarem com membros da comunidade na constituição da equipe de trabalho é determinante para fomentar as articulações locais. Esse é um motivo que leva as experiências que não contemplam a participação direta de membros da comunidade na sua gestão a distanciar-se do conceito de biblioteca comunitária.

Outra questão presente nessa esfera é que as bibliotecas que surgem de uma ação individual, ou de um movimento social, ao buscar parceiros e apoiadores esbarram no fator legal, diferentemente daquelas que já nascem vinculadas ou são incorporadas por uma organização. É nesse momento que percebem que precisam se constituir como uma pessoa jurídica.

## **5 CONCLUSÃO**

Considerando os resultados da pesquisa, podemos afirmar que as bibliotecas comunitárias são pólos irradiadores de cultura e saber local, especialmente nos casos em que um grupo local, formado por cidadãos críticos e conscientes de sua situação econômica, social e cultural, torna o projeto de criação desses espaços efetivamente públicos. Somente nesses casos, se apoiadas pelo poder público local, poderão transformar-se em espaços estratégicos para a implantação de políticas de integração social e cultural.

Ficou evidenciada na pesquisa a necessidade de apoio contínuo a esses projetos, principalmente nos primeiros anos de vida da biblioteca. As ações pontuais são bem vindas, mas só colaboram quando o projeto já tem sua sustentabilidade garantida. As diferenças estruturais e conceituais das experiências analisadas demonstram também a necessidade de pensar a biblioteca comunitária individualmente, respeitando as

características locais, suas diferenças regionais, sociais, econômicas e principalmente culturais.

Apesar das diferenças encontradas, um ponto em comum refere-se à forte atuação dos jovens nesses projetos. Nas periferias urbanas, os jovens aparecem como os protagonistas centrais. Por meio de seu engajamento nas questões culturais e educacionais, eles demonstraram que têm muito a ensinar com suas redes sociais, práticas inovadoras e regras de convivência. As experiências analisadas em regiões urbanas, criadas e idealizadas por jovens, são evidentemente mais abertas à ação participativa do que as experiências capitaneadas por ações individuais ou por entidades do Terceiro Setor.

A pesquisa mostrou que, apesar de algumas bibliotecas comunitárias apresentarem bom desempenho no estímulo à leitura, como as bibliotecas da região norte do país, elas não conseguem chegar a um nível de especialização que permita trabalhar a informação pública. Isto nos faz concluir que, apesar do trabalho com a leitura, são poucas as bibliotecas comunitárias que conseguem avançar na gestão e transferência da informação pública. A maioria deixa essa tarefa para a mídia comercial.

Acreditamos que ao somar os esforços da biblioteca pública e comunitária poderíamos trabalhar no sentido de mudar esse cenário e minimizar os problemas informacionais do país. As bibliotecas comunitárias estão dispersas pelo país e surgem no lugar da biblioteca pública e escolar. Ocupam um espaço vazio e determinam princípios e métodos para se estabelecer. Muitas delas resultam de programas idealizados por organizações do Terceiro Setor, que contam com a aprovação da Lei de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, ou seja, são espaços criados com dinheiro obtido por meio de isenção fiscal. Os recursos financeiros, que viabilizam a doação de acervos e equipamentos e a formação de pessoal, constituem dinheiro público administrado com autorização, porém sem participação, do Estado.

Recorrendo ao referencial teórico da pesquisa e ao aprendido com as pessoas e as experiências analisadas, fica claro que é preciso definir princípios básicos para permear as estratégias de implantação de políticas públicas para bibliotecas públicas e comunitárias. São elas: respeito à diversidade, à pluralidade cultural e às redes de sociabilidade locais; respeito e valorização das estratégias criativas, complexas e heterogêneas das comunidades; respeito e valorização do espaço público; estímulo à participação como processo, ou seja, aquela que permite ao indivíduo participar da tomada de decisões tanto em relação às diretrizes culturais como aos orçamentos públicos; construção de sinergia entre ações e projetos; valorização das políticas locais.

A partir desses princípios, o Estado, juntamente com a sociedade civil, terá condições de desenhar um plano para desencadear um processo de requalificação na área; nesse sentido, poderíamos pensar em dois caminhos a serem seguidos concomitantemente: políticas para apoiar e ampliar as bibliotecas públicas e escolares; políticas para que as bibliotecas públicas e escolares apoiem as bibliotecas que surgem na comunidade.

Somente a partir da consolidação da biblioteca pública e escolar no país, o Estado vai criar condições de estas instituições apoiarem as iniciativas locais, formando, assim, uma rede colaborativa de sustentação entre as diversas iniciativas e a administração pública.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: Editora UEL, 1997.

BADKE, Todêsa. Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras. *Palavra-Chave*, São Paulo, n. 4, p. 18-9, maio, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CHAUI, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e democracia. *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano*: encarte CLASCSO, 5, 2008.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DOWBOR, Ladislau. *Os novos espaços do conhecimento*. 1994. Disponível em: <<http://dowbor.org/conhec.asp>> Acesso em: 19 jun.2007.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-8, set., 1980.

FUNG, Archon. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências. In: COELHO, Vera Schattan P. ; NOBRE, Marcos (Org.) *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 107-130.

GANDIN, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 81-95, jan/jun 2001.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.



GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

JESUS, Marisa S. de. *Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia*. Salvador: CEPOM, 2007. Disponível em:

<<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/41d630061c75a5256dde4897e527.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º. Setor: desenvolvimento nacional sustentado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 131-155.

MACEDO, Myrtes de Aguiar. O comunitarismo na nova configuração das políticas sociais do Brasil. *Em Debate*. Rio de Janeiro, n. 1, 2005. Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/6595.PDF?NrOcoSis=18410&CdLinPrg=pt](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/6595.PDF?NrOcoSis=18410&CdLinPrg=pt)>. Acesso em: 28 jul. 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVERIA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-82.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 375-418.

PRADO, Geraldo Moreira. Da história latente à história verdadeira: uma experiência piloto com a biblioteca comunitária. In: *Foró Social de Información, Documentación y Bibliotecas*, 1., 2004, Buenos Aires. *Anais eletrônico ...* Disponível em: <<http://www.inforosocial.net/ponencias/eje04/30.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

REIS, Fábio Wanderley. Deliberação, interesses e "sociedade civil". In: COELHO, Vera Schattan P. ; NOBRE, Marcos (Org.) *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 107-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

TORO, José Bernardo. *A construção do público: cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio, 2005.

VERGUEIRO, Waldomiro, MACHADO, Elisa Campos, MARTIN VEGA, Arturo. La creación de bibliotecas comunitarias como herramienta para el acceso a la información y a la educación: experiencia en la favela de Heliópolis, en São Paulo (Brasil). In: *Congreso iberoamericano de bibliotecología*, 2. 2007, Buenos Aires.

WERLE, Denilson Luís. Democracia deliberativa e os limites da razão pública. In: COELHO, Vera Schattan P. ; NOBRE, Marcos (Org.) *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 107-156.